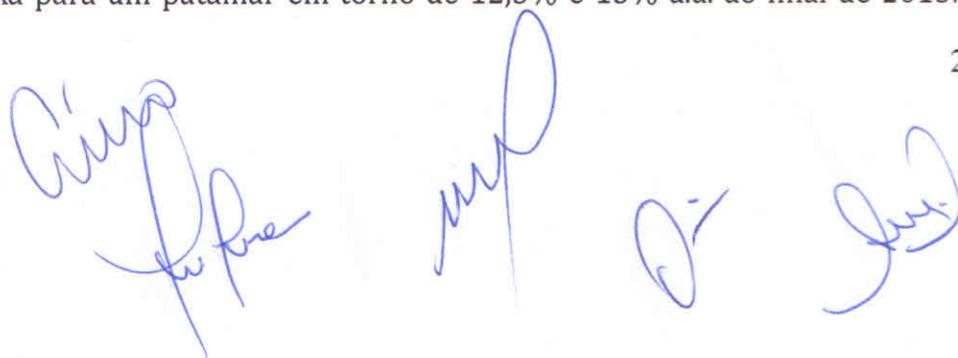


Ata da **REUNIÃO ORDINÁRIA do Comitê de Investimentos** do Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba - IPMU, realizada aos treze dias do mês de fevereiro de dois mil e quinze, às nove horas, na sala de reuniões da sede do IPMU, onde compareceram os membros, conforme Portaria IPMU nº 039/2014: Cícero José de Jesus Assunção, Flávio Bellard Gomes, Osieo Hecher, Silvia Moraes Stefani Lima e Sirleide da Silva. Aberta a reunião, os membros do Comitê de Investimentos passaram a analisar o **Relatório das Aplicações Financeiras**, conforme processo **IPMU/010/2015**. O ano de 2015 inicia com grandes desafios no ambiente econômico internacional, principalmente em relação as incertezas quanto a recuperação mais sustentada do nível de atividade. O Banco Mundial revisou para baixo as projeções de crescimento para os anos de 2015 e 2016. A frustração com o desempenho econômico da Europa, Japão e países emergentes como Brasil, Rússia e China ensejou a piora nas perspectivas econômicas mundiais. O mês de janeiro foi marcado pelo anúncio de medidas a serem adotadas pelo governo para conter o agravamento do quadro fiscal e o descompasso entre a arrecadação e as despesas públicas. Do lado interno, o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, anunciou um conjunto de medidas que visam reforçar o caixa em R\$ 20,6 bilhões no ano. Joaquim Levy afirma ser "uma sequência de ações para reequilibrar a economia do ponto de vista fiscal e aumentar a confiança e o entendimento dos agentes econômicos para que em algum momento tenhamos a retomada da economia em novas condições". O pacote inclui o aumento de impostos: retomada da cobrança da Cide, o imposto sobre combustíveis; a elevação de 9,25% para 11,75% da alíquota do PIS/Cofins para produtos importados e o aumento da faixa para operações de crédito (IOF) de 1,5% para 3%. O ajuste deu continuidade as medidas implementadas desde o ano passado, com a redução dos subsídios dados pelo BNDES nos empréstimos, e com a medida provisória enviada pela presidente Dilma ao Congresso, que reduzem o custo com alguns programas sociais, como o seguro desemprego e pensões. O problema, no entanto, é que existe uma série de desafios para a execução destes ajustes, como o fato de alguns só poderem ser efetivos no ano que vem, além do contingenciamento temporário de despesas dos Ministérios, até o Orçamento ser aprovado. Outro problema, este considerável, é o espaço de manobra do governo para o corte de despesas, visto que grande parte destas (cerca de 80%) se encontram comprometidas por dispositivo constitucional. Para piorar, o resultado fiscal de 2014 anunciado foi caótico. O déficit primário consolidado chegou a R\$ 32,5 bilhões, 0,63% do PIB. Em meio a tudo isso, a inflação não dá sinais de recuo. O próprio Banco Central piorou sua visão sobre o aumento dos preços para este ano. A ata da última reunião do COPOM mostrou que a autoridade monetária elevou em muito sua estimativa da alta dos preços administrados em 2015, para 9,3% ante os 6%, um dos principais fatores de pressão da inflação. Do lado externo, contribuiu para o clima pessimista a previsão do FMI de que o PIB mundial avançará 3,5% este ano e 3,7% em 2016, com uma redução de 0,3 pontos em relação aos percentuais anunciados em outubro passado para os dois anos. O FMI elevou em 0,5 pontos sua previsão de crescimento para os Estados Unidos, a 3,6%, mas reduziu a expectativa de crescimento da China em 2015 para 6,8%, o menor avanço para a segunda economia do planeta em 25 anos. **Estados Unidos**. O crescimento americano tem se apresentado bastante consistente, com elevação do consumo das famílias e com o mercado de trabalho permanecendo bastante sólido. A inflação ainda encontra-se distante da meta estabelecida pelo FED (2% a.a.), influenciada principalmente pela queda do preço do petróleo. O FED apresentou um comunicado bastante equilibrado após sua última reunião, com uma visão favorável e confiante da atividade econômica, reconhecendo que a inflação corrente e as expectativas têm mostrado comportamento ainda mais benigno que o observado anteriormente, voltando a afirmar que será paciente no que toca a normalização

The image shows five handwritten signatures in blue ink at the bottom of the page. From left to right, the signatures are: 1. A large, stylized signature that appears to be 'Cícero'. 2. A signature that appears to be 'Flávio'. 3. A signature that appears to be 'Osieo'. 4. A signature that appears to be 'Silvia'. 5. A signature that appears to be 'Sirleide'.

monetária. Apesar da moderação do crescimento registrada no PIB anualizado do quarto trimestre, em 2,60%, o consumo continua forte, crescendo a 4,30% no período. A confiança do consumidor, a baixa inflação e a queda dos preços da gasolina são os principais fatores dessa dinâmica. Apesar da forte geração de empregos, com números de folha de pagamento consistentemente acima de 200 mil vagas, os salários recuaram em novembro e, embora a taxa de desemprego esteja na casa dos 5,6%, este patamar deve-se em grande parte à queda considerável da taxa de participação dos trabalhadores. Com esse quadro ainda ambíguo, o FED tem demonstrado cautela sobre o próximo passo da política monetária e o *timing* da elevação dos juros. **Europa.** Na área do euro, buscando retomar o crescimento econômico e reduzir o risco de deflação nos preços ao consumidor, o Banco Central Europeu ampliou seu programa de compra de ativos ao ritmo de 60 bilhões de euros por mês, perfazendo um total de cerca de 1,14 trilhão de euros com prazo inicial de 18 meses. O anúncio veio em dose superior ao esperado pelo mercado levando a desvalorização expressiva do euro ante as principais moedas mundiais. As eleições gregas, que levaram o partido da extrema esquerda ao poder, foram fonte de preocupação nos mercados ao representarem nova possibilidade de saída do país mediterrâneo da Zona do Euro. O tom das interações, porém, foi amistoso e dissipou o risco de uma nova etapa de crise no Euro. Ainda assim o continente enfrenta quadro de recessão, e deflação, registrando queda de 0,20% do índice de preços em 2014, situação que levou o BCE a anunciar mais de EUR 1 trilhão em novos estímulos que começarão a serem injetados no sistema financeiro via compra de ativos a partir de março. Na prática, a medida vai "injetar" dinheiro novo no mercado, com o objetivo de impulsionar a vacilante economia da zona do euro, onde os preços ao consumidor caíram em dezembro pela primeira vez desde 2009. Com a medida, o BCE também busca aproximar a inflação da meta de 2%. O programa vai durar pelo menos até setembro de 2016, e deve injetar mais de € 1 trilhão na economia do bloco. **China.** As commodities continuaram em queda durante o mês de janeiro, tendo como destaques o minério de ferro, que registrou 12,70% de queda, e o petróleo, que caiu 10,17%. Essa fraqueza das commodities tem levado muitos investidores a ficarem incomodados com a economia chinesa, país responsável por grande parcela da demanda por esses insumos e que vem passando por moderação no crescimento. Mesmo assim, a economia cresceu 7,4% a.a. no quarto trimestre de 2014, mas outros indicadores mostram um viés menos vigoroso da economia em 2015. Esta foi a menor taxa de crescimento desde 1990 e o mercado acredita ser pouco provável que a China volte a apresentar crescimento de dois dígitos. A desaceleração da atividade chinesa foi liderada pela redução no ritmo de evolução dos investimentos, que atualmente tem sido parte de um plano do governo chinês de priorizar medidas que visam elevar o consumo doméstico. **Brasil.** O resultado de 2014 da balança comercial brasileira foi o pior em 15 anos. A diferença entre as exportações e importações resultaram num déficit de US\$ 3,9 bilhões. No campo fiscal, com o intuito de reorganizar as contas públicas e viabilizar o cumprimento da meta de superávit primário previsto para 2015 (1,2% do PIB), foi anunciado um conjunto de medidas que envolvem revisão de regras trabalhistas, previdenciárias e elevação de tributos. Na atividade econômica, a perspectiva não é muito positiva, pois teremos os efeitos negativos das medidas de austeridade fiscal e elevação dos juros com o intuito de controlar a inflação. Espera-se que tanto consumo quanto investimentos sejam negativamente impactados ao longo de 2015, com efeitos adversos sobre a dinâmica do mercado de trabalho e do crédito. Mesmo em meio ao fraco nível de atividade, mas em linha com a deterioração do balanço de riscos inflacionários, o COPOM elevou os juros básicos de 11,75% para 12,25% a.a. em sua última reunião. Esse movimento ocorreu em linha com o nosso cenário mais provável, que contempla mais decisões de elevação da SELIC, levando a taxa para um patamar em torno de 12,5% e 13% a.a. ao final de 2015. O

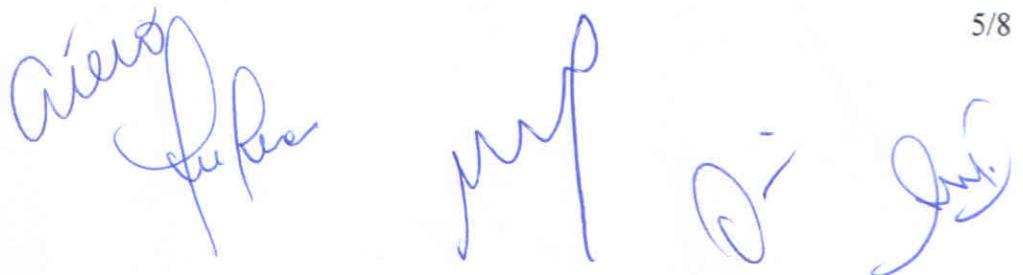


ajuste fiscal conduzido pelo governo nas últimas semanas já começa a surtir efeito, principalmente na inflação, através das elevações de impostos nos combustíveis e de tarifas de energia, resultando em acima do esperado para janeiro. Enquanto a inflação corrente segue forte, as expectativas para o ano de 2016 vêm caindo, atingindo 5,60% a.a. e refletem a esperança do mercado de que o com os ajustes, a inflação seja trazida para o centro da meta nos próximos anos. **PERSPECTIVAS.** Há dúvidas sobre os efeitos desejados das medidas adotadas pelo governo para reequilibrar o caixa, pois o pacote fiscal pressiona uma economia já frágil em meio às incertezas globais. O conjunto de medidas pretende retirar um total de R\$ 80,0 bilhões de uma economia estagnada, em meio a um ambiente internacional desfavorável. A contrapartida seria o aumento do investimento. Todas as fichas são colocadas na esperada retomada do ânimo empresarial, a partir de iniciativas aparentemente contraditórias com esse objetivo. As crises nacionais da energia e da água, geradoras de incertezas adicionais e da postergação de investimentos, agravam a situação do País e o tornam mais vulnerável a um ajuste fiscal. As restrições ao crédito afetam negativamente investimentos e empregos, e as reduções de direitos trabalhistas e sociais diminuirão o socorro aos desempregados, um contingente que já começa a aumentar, como mostram as mais de 12 mil demissões nas empresas fornecedoras da Petrobras, em crise profunda, e as centenas de dispensas no setor automobilístico. Soma-se a isso uma pressão generalizada nos preços, especialmente os administrados, que devem manter a inflação resistente, beirando o teto da meta. **RENDA FIXA.** No mercado de juros futuros negociados na BM&FBovespa, o mês foi de altos e baixos. Fez preço o tom mais ameno do comunicado pós reunião do FED reforçando que o processo de alta no juro americano será mais suave. Também contribuiu para o recuo nas taxas mais longas o anúncio de um conjunto de medidas que tem como objetivo o aumento de arrecadação para amenizar o descompasso das contas. Pouco pesou nos negócios a decisão do COPOM em aumentar a Selic para 12,25% ao ano, pois o mercado já esperava pelo anúncio. Com a decisão de aumentar a taxa Selic em 0,5 ponto percentual, os juros sobem ao maior patamar desde meados de 2011. Com taxas mais altas, o Governo tenta controlar o crédito e o consumo e, assim, segurar a inflação. Dentre os investimentos de renda fixa, destaque positivo para as NTN-Bs. A mais rentável foi a NTN-B com vencimento em 2050, que registrou alta de 4,86% no mês. Na outra ponta, os papéis com vencimento mais curto também tiveram um resultado significativo: a NTN-B com vencimento em maio/2015 acumulou ganho de 1,53%. Ao término da última de janeiro na BM&FBovespa, a taxa do DI para janeiro de 2016 indicava 12,75%, ante 12,34% do fechamento de dezembro. Na contramão, o DI para janeiro de 2017 apontava 12,47%, de 12,88% no ajuste de dezembro, e o DI para janeiro de 2021 tinha taxa de 11,89%, ante 12,28% no fechamento de dezembro. **RENDA VARIÁVEL.** O desempenho da Bolsa no encerramento de janeiro foi desastroso. O índice apresentou queda de 6,19%, fechando janeiro aos 46.907 pontos. O pessimismo tomou conta da Bolsa quando, em 19 de janeiro, onze estados brasileiros ficaram sem luz. O "apagão" elevou o temor de que o ano seja marcado pelo racionamento de energia, que, de acordo com diversos economistas, traria um impacto significativo no crescimento do PIB deste ano. A lista de fatores que explica a queda da bolsa é extensa, mas no topo aparece a Petrobras. Por ser hoje a maior empresa brasileira, essa situação de corrupção e publicação de balanço não auditado acaba trazendo um enorme descrédito. A queda da Petrobras prejudica o desempenho do Ibovespa não só pelo alto peso que a ação tem no índice, mas pela influência que a empresa tem sobre a imagem do mercado de ações brasileiro. Para complicar o ambiente extremamente ruim para a empresa, a agência classificadora de riscos Moody's anunciou o rebaixamento da nota da empresa, de Baa2 para Baa3, o último degrau para tornar-se investimento especulativo e sair definitivamente do



portfólio de investidores institucionais estrangeiros. O desempenho da Bolsa nos próximos meses ainda é nebuloso. Existe a necessidade de aguardar melhora os fundamentos que justifique elevar o risco da carteira no curto e médio prazo. **Desempenho dos principais índices de renda fixa e renda variável** no mês de janeiro: IMA-B 5+ (3,711%), IMA-B Total (3,117%), IRFM 1+ (2,187%), IMA-B 5 (2,054%), IRFM Total (1,786%), IRFM 1 (1,069%), CDI (0,929%), IBRX-50 (-5,46%), Ibovespa (-6,20%), Imobiliário (-9,09%), Dividendos (-11,18%) e Small Caps (-12,05%). A **Carteira de Investimentos do IPMU** apresentou **valorização dos ativos financeiros**, no primeiro mês do ano, aumentado o patrimônio financeiro, que passou de **R\$ 217.682.873,06** (duzentos e dezessete milhões seiscentos e oitenta e dois mil oitocentos e setenta e três reais e seis centavos) em dezembro para **R\$ 221.112.334,55** (duzentos e vinte e um milhões cento e doze mil trezentos e trinta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos) em janeiro. **Meta Atuarial.** Apesar da valorização dos ativos financeiros observada no período, a meta atuarial não foi atingida devido a maior variação mensal do índice de inflação desde 2003: meta atuarial de 1,98% enquanto o crescimento financeiro foi de 1,58%, diferença negativa de 0,40% do patrimônio, o que representa **R\$ 880.659,40** (oitocentos e oitenta mil seiscentos e cinqüenta e nove reais e quarenta centavos). Os **fundos de Renda Fixa** apresentaram valorização de R\$ 2.505.143,34 (dois milhões quinhentos e cinco mil cento e quarenta e três reais e trinta e quatro centavos). A **Carteira de Títulos Públicos** apresentou valorização de R\$ 1.633.508,47 (um milhão seiscentos e trinta e três mil quinhentos e oito reais e quarenta e sete centavos). Os **fundos de Renda Variável** apresentaram desvalorização de R\$ 938.085,51 (novecentos e trinta e oito mil oitenta e cinco reais e cinqüenta e um centavos). **Diversificação dos investimentos:** a-) Fundos DI: R\$ 56.886.977,12 (cinquenta e seis milhões oitocentos e oitenta e seis mil novecentos e setenta e sete reais e doze centavos) correspondendo a 25,73% do PL, b-) Títulos Públicos IPCA: R\$ 44.280.057,10 (quarenta e quatro milhões duzentos e oitenta mil cinqüenta e sete reais e dez centavos) correspondendo a 20,03% do PL, c-) Fundos IMA-B: R\$ 33.414.967,52 (trinta e três milhões quatrocentos e catorze mil novecentos e sessenta e sete reais e cinqüenta e dois centavos) correspondendo a 15,11% do PL, d-) Fundos IRFM 1: R\$ 30.836.095,47 (trinta milhões oitocentos e trinta e seis mil noventa e cinco reais e quarenta e sete centavos), correspondendo a 13,95% do PL, e-) Fundos IMA-B 5: R\$ 20.079.479,78 (vinte milhões setenta e nove mil quatrocentos e setenta e nove reais e setenta e oito centavos) correspondendo a 9,08% do PL; f-) Títulos Públicos IGPM: R\$ 14.132.637,28 (catorze milhões cento e trinta e dois mil seiscentos e trinta e sete reais e vinte e oito centavos), correspondendo a 6,39% do PL; g-) Fundos Crédito Privado IPCA: R\$ 11.381.631,00 (onze milhões trezentos e oitenta e um mil seiscentos e trinta e um reais) correspondendo a 5,15% do PL, h-) Fundos Ibovespa: R\$ 7.091.021,85 (sete milhões noventa e um mil vinte e um reais e oitenta e cinco centavos) correspondendo a 3,21% do PL, i-) Fundos Ibx-50: R\$ 2.328.861,62 (dois milhões trezentos e vinte e oito mil oitocentos e sessenta e um reais e sessenta e dois centavos) correspondendo a 1,05% do PL, j-) Fundos Small Caps: R\$ 374.049,17 (trezentos e setenta e quatro mil quarenta e nove reais e dezessete centavos) correspondendo a 0,17% do PL e l-) Fundos Dividendos: R\$ 308.556,55 (trezentos e oito mil quinhentos e cinqüenta e seis reais e cinqüenta e cinco centavos) correspondendo a 0,15% do PL. **Aplicação de recursos por Instituição Financeira:** a-) Caixa Econômica Federal: R\$ 44.799.307,06 (quarenta e quatro milhões setecentos e noventa e nove mil trezentos e sete reais e seis centavos) correspondendo a 20,26% do PL; b-) Santander: R\$ 34.425.621,41 (trinta e quatro milhões quatrocentos e vinte e cinco mil seiscentos e vinte e um reais e quarenta e um centavos) correspondendo a 15,57% do PL, c-) Banco do Brasil: R\$ 31.144.652,02 (trinta e um milhões cento e quarenta e quatro mil seiscentos e cinqüenta e dois reais e dois centavos) correspondendo a 14,09% do PL, d-) Itaú:

R\$ 20.088.740,11 (vinte milhões oitenta e oito mil setecentos e quarenta reais e onze centavos) correspondendo a 9,09% do PL; e-) HSBC: R\$ 18.329.282,98 (dezoito milhões trezentos e vinte e nove mil duzentos e oitenta e dois reais e noventa e oito centavos) correspondendo a 8,29% do PL; f-) Bradesco: R\$ 13.694.146,63 (treze milhões seiscentos e noventa e quatro mil cento e quarenta e seis reais e sessenta e três centavos) correspondendo a 6,19% do PL e g-) Sul América: R\$ 217.889,96 (duzentos e dezessete mil oitocentos e oitenta e nove reais e noventa e seis centavos) correspondendo a 0,10% do PL. A carteira de Títulos Públicos encerrou o mês com R\$ 58.412.694,38 (cinquenta e oito milhões quatrocentos e doze mil seiscentos e noventa e quatro reais e trinta e oito centavos) correspondendo a 26,42% do PL. **Duration das Aplicações.** No encerramento do mês 55,32% das aplicações estavam alocadas em fundos de longo prazo (23,75% fundos IMA's, 26,42% carteira de títulos públicos e 5,15% fundos de crédito privado), 39,68% das aplicações estavam alocadas em fundos de curto prazo (13,95% fundos IRFM 1 e 25,73% em fundos DI) e 5,00% das aplicações financeiras alocadas em renda variável (4,53% fundos de ações referenciadas e 0,47% em fundos de ações). **Enquadramento das Aplicações Financeiras.** Com exceção das aplicações no segmento de fundos de crédito privado (desenquadramento passivo), todas as demais aplicações financeiras estão enquadradas conforme Resolução CMN 3.922/2010. **Fundos de Crédito Privado.** As aplicações nos Fundo de Investimentos - Renda Fixa "Crédito Privado" estão em desacordo com o Artigo 7º, inciso VII, alínea "b" (aplicação superior a 5% do total dos recursos) desde maio de 2013: 5,04% (maio/13), 5,22% (junho/13), 5,17% (julho/13), 5,29% (agosto/13), 5,26% (setembro/13), 5,17% (outubro/13), 5,14% (novembro/13), 5,36% (dezembro/13), 5,36% (janeiro/14), 5,20% (fevereiro/14), 5,19% (março/14), 5,17% (abril/14), 5,10% (maio/14), 5,11% (junho/2014), 5,10% (julho/2014), 4,99% (agosto/2014), 5,12% (setembro/2014), 5,11% (outubro/2014), 5,08% (novembro/2014), 5,15% (dezembro/2014) e 5,15% (janeiro/2015). **Resolução CMN 4.392/14.** Em 19/12/2014 o Conselho Monetário Nacional alterou alguns pontos da Resolução 3.922/10, que passa a vigorar com nova redação em alguns de seus artigos. As alterações tiveram um caráter de "atualização" e não sendo então uma "reformulação" de suas diretrizes. A Resolução 3.922/10 não foi revogada, foi apenas alterada. Com as alterações, não serão mais consideradas como irregularidades as infringências aos limites estabelecidos na Resolução 3.922/10, quando ocorrerem de forma passiva e desde que estas, no montante do investimento, não represente mais de 25% de excesso do limite estabelecido para os Fundos de Crédito Privado. A defesa com relação às aplicações no segmento "crédito privado" foi encaminhada ao Ministério da Previdência, que julgo favorável. **Rentabilidade dos fundos de investimentos.** No fechamento do primeiro mês do ano, 03 (três) aplicações financeiras conseguiram superar a meta atuarial de 1,98%, enquanto 15 (quinze) aplicações financeiras ficaram abaixo da meta atuarial no período: HSBC IPCA IMA-B (3,97%), Itaú IMA-B (3,08%), Santander IMA-B 5 (2,03%), Títulos 2015 (1,565%), Títulos 2024 (1,543%), Caixa Brasil IPCA XII (1,481%), Caixa Brasil IPCA X (1,426%), Títulos 2021 (1,324%), Brasil IRFM 1 (0,996%), Santander DI (0,94%), Bradesco DI (0,94%), Caixa DI (0,929%), Santander Ibovespa (-5,94%), Brasil Dividendos (-6,75%), Caixa IBRX-50 (-6,836%), HSBC Ibovespa Ativo (-6,94%), Santander Small Caps (-12,524%) e SulAmérica Total Return (-17,928%). **Desempenho financeiro dos Fundos de Investimentos:** Títulos 2015 (valorização acumulada de R\$ 7.847.770,34 - sete milhões oitocentos e quarenta e sete mil setecentos e setenta reais e trinta e quatro centavos), Títulos 2021 (valorização acumulada de R\$ 7.792.687,21- sete milhões setecentos e noventa e dois mil seiscentos e oitenta e sete reais e vinte e um centavos), Títulos 2024 (valorização acumulada de R\$ 14.522.422,71 - catorze milhões quinhentos e vinte e dois mil quatrocentos e vinte e dois reais e setenta e um centavos),



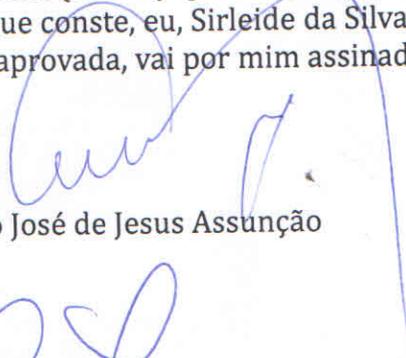
Brasil IRFM 1 (valorização acumulada de R\$ 3.323.704,40 – três milhões trezentos e vinte e três mil setecentos e quatro reais e quarenta centavos), Santander IMA-B (valorização acumulada de R\$ 2.081.384,78 – dois milhões oitenta e um mil trezentos e oitenta e quatro reais e setenta e oito centavos), Itaú IMA-B (valorização acumulada de R\$ 8.091.449,78 – oito milhões noventa e um mil quatrocentos e quarenta e nove reais e setenta e oito centavos), HSBC IMA-B (valorização acumulada de R\$ 3.767.055,72 – três milhões setecentos e sessenta e sete mil cinquenta e cinco reais e setenta e dois centavos), Bradesco DI (valorização acumulada de R\$ 419.767,34 – quatrocentos e dezenove mil setecentos e sessenta e sete reais e trinta e quatro centavos), Santander DI (valorização acumulada de R\$ 721.285,79 – setecentos e vinte e um mil duzentos e oitenta e cinco reais e setenta e nove centavos), Caixa DI (valorização acumulada de R\$ 3.323.704,40 – três milhões trezentos e vinte e três mil setecentos e quatro reais e quarenta centavos), Caixa IPCA X (valorização acumulada de R\$ 2.476.222,00 – dois milhões quatrocentos e setenta e seis mil duzentos e vinte e dois reais), Caixa IPCA XII (valorização acumulada de R\$ 1.952.628,00 – um milhão novecentos e cinquenta e dois mil seiscentos e vinte e oito centavos), HSBC Ações Ibovespa (desvalorização acumulada de R\$ 17.696,94 – dezessete mil seiscentos e noventa e seis reais e noventa e quatro centavos), Santander Ibovespa (desvalorização acumulada de R\$ 633.033,72 – seiscentos e trinta e três mil trinta e três reais e setenta e dois centavos), Caixa IBRX-50 (desvalorização acumulada de R\$ 1.389.028,34 – um milhão trezentos e oitenta e nove mil vinte e oito reais e trinta e quatro centavos). Ato contínuo os membros do Comitê de Investimentos analisaram a **Carteira sugerida do Banco do Brasil**. No âmbito externo, a possível postergação da elevação dos juros nos EUA e a flexibilização monetária na zona do euro podem trazer oportunidades na renda fixa, principalmente para os índices mais longos. No âmbito interno a pressão inflacionária observada em janeiro, devido ao reajuste dos preços administrados, e a esperada depreciação cambial podem levar o BACEN a manter o aperto monetário na economia, via elevação dos juros, trazendo impactos nos índices de renda fixa de menor prazo. Desta forma, as alterações na carteira sugerida de fevereiro/2015 buscam ampliar a alocação em papéis de maior duração (IMA-B, IMA-B5+, IDkA20) em detrimento da redução da alocação em papéis mais curtos (IRF-M1, IDkA2) e redução da exposição no segmento de renda variável. *Investidor Conservador*: 62,00% em fundos de curto prazo, 32,00% em fundos de longo prazo e 6,00% em fundos de renda variável. *Investidor Moderado*: 46,00% em fundos de curto prazo, 32,00% em fundos de longo prazo e 12,00% em fundos de renda variável. *Investidor Arrojado*: 32,00% em fundos de curto prazo, 53,00% em fundos de longo prazo e 14,00% em fundos de renda variável. Dando sequência à pauta, os membros do Comitê de Investimentos, discutiram as notícias veiculadas nos últimos dias sobre a instituição financeira **HSBC**. Informações sobre documentos de contas bancárias de clientes do private bank suíço do HSBC entre 2005 e 2007 vazaram e acabaram parando no Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos de Washington e outros grupos jornalísticos. Houve um vazamento de 60 mil arquivos, alguns dos quais fornecem detalhes sobre como o banco estava ciente das manobras de evasão de impostos e irregularidades praticadas por alguns clientes. Os valores mantidos nas contas do banco superam US\$ 100 bilhões para 100 mil clientes ricos. O HSBC é um dos vários bancos suíços que estão sendo investigados pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos por supostamente ajudarem cidadãos americanos a sonegarem impostos. O UBS e o Credit Suisse fizeram acordos com o Departamento de Justiça, pagando multas de US\$ 780 milhões e US\$ 3,6 bilhões. O HSBC pagou quase US\$ 2 bilhões em multas e assinou um acordo de suspensão de processo com as autoridades dos Estados Unidos em dezembro de 2012, após admitir que operou com dinheiro do narcotráfico proveniente do México e transferiu recursos de países que se encontravam sob sanções internacionais, como o



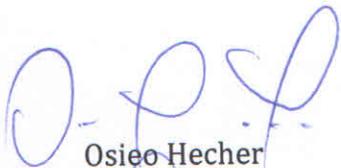
Irã. O acordo o coloca sob o risco de uma condenação penal e possível perda de sua importantíssima licença bancária nos Estados Unidos, se ele cometer outro crime no período de vigência. As alegações de evasão fiscal estão relacionadas a ações ocorridas antes do acordo selado. Dando sequência à reunião, passou-se a análise das aplicações financeiras no **segmento de RENDA VARIÁVEL**. Apesar de serem consideradas aplicações de longo prazo, os fundos de renda variável não conseguiram nos últimos 05 (cinco) anos retornos satisfatórios. Santander Institucional Ibovespa Ativo FI Ações: 1,18% (2010), -17,66% (2011), 9,60% (2012), -11,94% (2013), -3,65% (2014) e -2,00% (até 12/02/2015). Caixa Brasil IBRX-50 Ações: -1,01% (2010), -17,40% (2011), 9,06% (2012), -6,81% (2013), -3,60% (2014) e -2,42% (até 12/02/2015). HSBC Regime de Previdência Ibovespa FIC Ações: 9,36% (2010), -8,75% (2011), 20,88% (2012), -1,16% (2013), -1,50% (2014) e -3,49% (até 12/02/2015). Bradesco FI Ações Dividendos: 10,51% (2010), 3,17% (2011), 27,09% (2012), -3,87% (2013), -4,44% (2014) e -1,28% (até 12/02/2015). Santander FIC Seleções Top Ações: -0,11% (2010), -19,00% (2011), 36,80% (2012), -5,56% (2013), -0,73% (2014) e -4,04% (até 12/02/2015). **RECOMENDAÇÕES.** O cenário ainda é incerto e não se consegue vislumbrar uma alteração no quadro geral. Conservadorismo e maior liquidez são as palavras de ordem. Taxa de juros alta e ajustes da economia brasileira desenham um cenário favorável à renda fixa e desinteressante para bolsa e investimentos alternativos. O risco não compensa. O prêmio pago pela renda fixa é muito alto para se buscar risco em renda variável. Para o curto prazo em **renda fixa** (carteira posicionada no IMA-B e IMA-Geral em no máximo 40%, redimensionando recursos para o curto prazo em ativos indexados ao CDI e/ou IRF-M 1) e **renda variável** (cautela na alocação de recursos no mercado de ações, considerando que o desempenho da Bolsa nos próximos meses ainda é nebuloso, necessitando aguardar a melhora nos fundamentos que justifique elevar o risco da carteira). Em cenários de oscilação dos juros, alocações em fundos atrelados ao CDI e ao IRF-M1 trazem caráter defensivo à carteira de investimentos, porém estes índices não são aderentes a meta atuarial (INPC+6%) no longo prazo. Alocações em fundos IMA-B5 protegem a carteira do risco inflacionário e tem potencial de cumprimento da meta. É importante destacar que num cenário de oscilações nos juros, fundos compostos por papéis mais longos (IMA-B ou IMA-B5+) sofrem maior volatilidade. Porém, também apresentam potencial de cumprimento da meta atuarial no longo prazo. **DELIBERAÇÕES.** Reformulação da carteira de investimentos, buscando maior diversificação e maior eficiência na obtenção dos retornos exigidos pelo objetivo de investimentos, levando em consideração as perspectivas do mercado para curto, médio e longo prazo e principalmente considerando o perfil conservador do IPMU. **OBJETIVO.** Proteção da carteira contra a volatilidade dos mercados financeiros, diante do cenário de indefinição na economia mundial e principalmente na economia doméstica. **ESTRATÉGIA DE APLICAÇÃO. 1-)** Os recursos novos referentes aos repasses das contribuições previdenciárias, parcelamento da dívida previdenciária e compensação previdenciária deverão ser aplicados no fundo **Santander Corporate FI Referenciado DI**, fundo de curto prazo e de baixa volatilidade. **2-)** O resgate para realização da folha de pagamento dos aposentados e pensionistas deverá ser realizado através do fundo **Santander Corporate FI Referenciado DI**. **3-)** Redução do percentual aplicado em fundos IMA-B transferindo para fundos de curto prazo CDI/ IRFM 1 (aproximadamente 5% do PL). **4-)** Redução o percentual aplicado em renda variável, resgatando o fundo que apresenta melhor desempenho dentro da carteira, **HSBC REGIME DE PREVIDÊNCIA IBOVESPA FIC AÇÕES**, transferindo os recursos para fundo de curto prazo e com baixa volatilidade IRFM 1 ou CDI. **5-)** Manter o valor resgatado do fundo **BB DIVIDENDOS MIDCAPS FIC AÇÕES** no fundo **SANTANDER CORPORATE FIC REFERENCIADO DI**. **6-)** Aplicar o resgate do fundo **SULAMÉRICA TOTAL RETURN**, que será disponibilizado no dia **05/03/2015**, no fundo



SANTANDER CORPORATE FIC REFERENCIADO DI. Para finalizar a reunião, foi aprovada por unanimidade a realização de reunião extraordinária no dia 20/02 para deliberação dos fundos de DI/IRFM 1 que irão receber os recursos dos fundos de renda variável (Ibovespa) e fundos de renda fixa (IMA-B) que serão resgatados. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e para que conste, eu, Sirleide da Silva, que secretariei os trabalhos, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, vai por mim assinada, e pelos demais.



Cícero José de Jesus Assunção



Osieo Hecher



Sirleide da Silva



Flávio Ballard Gomes



Silvia Moraes Stefani Lima